



## Orientações para Solicitar Concessão de Uso

Destina imóvel de uso especial do Estado, sem ônus, para uso de entidades assistenciais ou beneficentes; de caráter social, cultural ou educacional, sem fins lucrativos e com lei que a declara de utilidade pública; ou para concessionária de serviço público, para que nele promovam atividades de interesse público.

Encaminhar os documentos relacionados abaixo via “Protocolo Digital” (disponível no Site da SEA), com tramitação para setor SEA/DGPA.

O serviço, e como utilizá-lo, poderá ser encontrado no link: <https://www.sc.gov.br/servicos/detalhe/protocolo-digital>

Assunto: 254

Classe: 15

### Documentos do solicitante:

1. Ofício com solicitação de concessão de uso, devendo constar:
  - a. Manifestação do interessado;
  - b. Justificativa clara da necessidade do imóvel;
  - c. Finalidade da concessão de uso, observando-se o atendimento ao interesse público;
  - d. O prazo que se pretende utilizar o imóvel; e
  - e. Informação se a intenção de utilização do imóvel é na íntegra ou em parte dele. Se for de parte do imóvel, elaborar croqui e anexar ao processo.
2. Lei ou certidão que comprove a declaração de utilidade pública do solicitante.
3. Ata da assembleia geral da entidade (cópia autenticada);
4. Cópia autenticada do RG e CPF do presidente da entidade;
5. Certidão de antecedentes criminais do presidente da entidade;
6. CNDs federal, estadual, municipal e FGTS;
7. Estatuto da entidade atualizada (cópia autenticada);
8. Documentos exigidos no art. 4º da Lei nº 16.292, de 20 de dezembro de 2013.

**Quando se tratar de renovação de concessão de uso, a solicitação deve ser acompanhada dos seguintes documentos, além dos outros citados anteriormente:**

9. Comprovantes, atualizados até o corrente mês, de quitação de:
  - a. água/esgoto;
  - b. energia elétrica;
  - c. eventuais taxas de condomínio; e
  - d. outras taxas inerentes ao imóvel.
10. Comprovantes de quitação anual das taxas de coleta de resíduos sólidos do imóvel.
11. CND do município, atualizada até o corrente mês.
12. Inscrição imobiliária atualizada do imóvel.